



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
COORDENAÇÃO-GERAL DE APOIO ÀS CÂMARAS SETORIAIS E TEMÁTICAS
CÂMARA SETORIAL DA CADEIA PRODUTIVA DE PALMA DE ÓLEO

MEMÓRIA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 13/03/2025

HORÁRIO: 09:30h - 11:30h

LOCAL: Sala de reuniões das Câmaras, sala 007, Ed. Sede MAPA. Brasília/DF

Link de Acesso: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZDMxNDg2ZWltMmU2Yy00ZTJlTg1ZmYtYTg1ZWVjZGYzMDI%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%229367b38e-17eb-4358-a665-5ca5bdfaf0c2%22%2c%22Oid%22%3a%22ccf68457-ab09-4379-9168-1aeb774b1fdc%22%7d

PAUTA DA REUNIÃO

1. Abertura – Presidente. 10 min
2. Avisos da Secretaria - aprovação da memória da 44ª Reunião Ordinária. 5 min
3. Potencial e desafios para expansão da participação da agricultura familiar na cadeia produtiva da Palma de Óleo e aportes à descarbonização da economia. Leonardo Dutra - Coordenador do Programa Amazônia da Solidariedade. 30 min.
4. Destaques sobre os impactos da reforma tributária em nossa cadeia produtiva e considerações sobre decretos de redução do imposto de importação. Lucas Serejo; Matheus Albani. 30 min.
5. Encerramento. 15 min.

OBSERVAÇÕES E INFORMAÇÕES RELEVANTES DA SECRETARIA DA CÂMARA

A memória da 44ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Palma de Óleo (CSPO), realizada dia 05/11/2024, foi aprovada por unanimidade. Após, foram repassadas, aos membros da câmara, o calendário de reuniões de 2025 com as seguintes datas: 30/06/2025; 28/08/2025; 30/10/2025. A secretaria da CSPO ressaltou que encaminhará um e-mail a todas as entidades que participam da CSPO, com o modelo de ofício, para atualização de dados de titulares e suplentes, caso tenha havido, para fins de atualização do cadastro e publicação da portaria das entidades prevista até junho deste ano.

O presidente da Câmara de Palma de Óleo, Dr. Victor Bastos Almeida, iniciou a reunião com os assuntos pendentes desta câmara. Pediu que fosse atualizada a situação acerca da demanda da redução temporária do Óleo de Palmiste, de 9% para 0% e, em segundo momento, que fosse verificado se houve evolução no pedido de alteração do perfil de ácidos graxos, realizada em 2024, quanto a possíveis alterações nos padrões estabelecidos pela IN 87/2021 da Anvisa.

Quanto ao primeiro assunto, o representante da Abiquim, Dr. Eder da Silva, comentou sobre o andamento do processo dentro da CAMEX (Câmara de Comércio Exterior) e as etapas que ainda

precisam ser concluídas. Informou que o pedido de renovação da cota de importação do óleo de palmiste (PKO) está avançando. Disse que o processo já passou pela análise técnica do Comitê de Análises Tarifárias (CAT) e agora está sob avaliação do Grupo Executivo da Camex (GECEX). Acrescentou que a próxima reunião do GECEX está marcada para o dia 27 de março, momento no qual a questão será debatida. Após a aprovação pelo GECEX, o processo será encaminhado ao Mercosul, onde os países membros (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) serão notificados e poderão se manifestar. A solicitação é para a renovação da cota de 266 mil toneladas de óleo de palmiste, com redução da alíquota de 9% para 0%. Justificou-se que esse pedido fora realizado pelas associações consumidoras do óleo de palmiste, devido à dificuldade de abastecimento do produto no mercado interno. O Dr. Eder da Silva se comprometeu a acompanhar o andamento da solicitação dentro da Camex e a manter os participantes informados. A decisão final sobre a redução da alíquota do óleo de palmiste dependerá da reunião do GECEX em 27 de março, seguida da aprovação no âmbito do Mercosul.

Quanto à questão da alteração do perfil de ácidos graxos, Nota Técnica encaminhada, que demonstra que a curva de sólidos no Óleo de Palma, produzido no Brasil, possui perfil de Ácidos Graxos diferente do que preconiza a Instrução Normativa Nº 87/2021, o processo encaminhado pela Coordenação de Regulamentação da Qualidade Vegetal (CRQV) à Anvisa, em agosto de 2024, ainda não teve retorno. Nesse sentido, a consultora da CSPO, Dra. Ieda Fernandes, me pediu para verificar junto à CRQV se eles têm informação sobre o pleito na Anvisa, ou fazer contatos para dar celeridade ao pedido. O presidente Victor Bastos, diante da urgência do tema e da importância desse pleito para a câmara, solicitou que fosse reiterado via MAPA à Anvisa. A câmara setorial ficou de preparar um ofício, com o histórico de tramitação, para ser encaminhado, via câmara setorial e MAPA, ao diretor da Anvisa.

Antes de entrar nos tópicos da pauta, discutiu-se acerca da suspensão do aumento da mistura do biodiesel e se buscou entender a posição da Câmara Setorial sobre o assunto. O Dr. Sérgio Beltrão, representante da Ubrabio, falou acerca do aumento da mistura de biodiesel no diesel (de B14 para B15) que foi suspenso pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). A decisão foi tomada devido a preocupações com a inflação dos alimentos, baseada em informações controversas sobre a relação entre o biodiesel e os preços de alimentos. Segundo ele, foi argumentado que essa premissa é equivocada, pois a produção de biodiesel incentiva o esmagamento da soja, aumentando a oferta de farelo, o que reduz o custo da alimentação animal e impacta positivamente a cadeia de proteínas. Setores ligados à produção de biodiesel consideraram a decisão negativa, especialmente em um ano de COP 30, pois prejudica os esforços do Brasil em descarbonização. Foi realizada uma reunião com o Vice-presidente Geraldo Alckmin e ministros para apresentar as razões contra essa decisão.

O Dr. Sérgio Beltrão comentou que houve uma proposta de suspensão total da mistura de Biodiesel e, nesse sentido, o Sindicom (Sindicato das Distribuidoras de Combustíveis) solicitou ao governo a suspensão completa da adição de biodiesel ao diesel por 90 dias. O argumento foi baseado em fraudes na mistura, onde algumas distribuidoras não adicionam biodiesel corretamente, afetando a concorrência. Setores ligados à produção de biodiesel se posicionaram contra essa medida, considerando-a extrema e prejudicial à cadeia produtiva. Ademais, o Dr. Sérgio Beltrão comentou que o problema de adulteração não se restringe ao biodiesel, sendo comum também no diesel e na gasolina. O Dr. Antônio Carlos Ventilli, representante da Aprobio, falou do problema de fraudes de

misturas biodiesel no diesel que certamente afeta o setor de biodiesel, bem como o setor de distribuição. No entanto, segundo ele, a solução proposta pelo Sindicom é desestruturante e inviabiliza a continuidade de toda uma cadeia produtiva.

Nesse ponto, o presidente da CSPO, Victor Bastos, falou da falta de fiscalização adequada da Agência Nacional do Petróleo (ANP) que foi apontada como um fator determinante para a ocorrência de fraudes. Sequencialmente, o Dr. Sérgio Beltrão apresentou quais esforços podem ser empreendidos para combater esse problema, incluindo a introdução de equipamentos portáteis para detecção da mistura correta de biodiesel. O setor vê com preocupação a falta de previsibilidade nas decisões governamentais. A suspensão da mistura de biodiesel sem um prazo definido gera insegurança, dificultando novos investimentos na indústria. Foi defendida a importância de um horizonte claro para os percentuais de mistura de biodiesel, garantindo um planejamento adequado para o setor. O presidente Victor Almeida expressou apoio da Câmara Setorial ao setor de Biocombustíveis, reconhecendo a importância deste para a economia e para a sustentabilidade. Assim, o presidente da CSPO sugeriu uma manifestação formal em defesa da previsibilidade e do uso do biodiesel.

Na pauta principal, o Dr. Leonardo Dutra, da Fundação Solidariedade, falou do item 3. Apresentou um estudo detalhado sobre o potencial e os desafios para a expansão da participação da agricultura familiar na cadeia produtiva da Palma de Óleo. Ele ressaltou a necessidade de incentivos e suporte técnico para pequenos produtores, além de identificar áreas estratégicas para expansão sustentável da cultura. Outro ponto central foi a descarbonização da economia, com discussões sobre como a cadeia produtiva da Palma de Óleo pode se alinhar às metas ambientais e aos incentivos governamentais.

No item 4 da pauta, os advogados Lucas Serejo e Matheus Albani, do escritório Guimarães & Falek Advogados, apresentaram os impactos da reforma tributária no setor, alertando sobre mudanças na alíquota e nos regimes diferenciados. Além disso, avaliaram os efeitos dos decretos de redução do imposto de importação, apontando possíveis benefícios e desafios para a competitividade do setor.

A reunião encerrou-se com um consenso sobre a importância de acompanhamento contínuo das mudanças tributárias e regulatórias, garantindo que o setor de Palma de Óleo possa crescer de forma sustentável e alinhada às novas exigências do mercado.

DELIBERAÇÕES DO PLENÁRIO DA CÂMARA:

Encaminhamentos	Órgão Demandado	Ação	Responsável	Prazo Esperado
1. Suporte à moção junto à ANVISA para mudança de perfil de ácidos graxos da cadeia de Palma de Óleo. A Dra. Ieda da Abrapalma ficou de encaminhar o ofício a esta secretaria para ir ao Diretor da Anvisa via CSPO.	Câmara Setorial de Palma de Óleo	Encaminhar ofício via câmara ao Gabinete do Ministro da Agricultura e Pecuária para reiterar o pedido à Anvisa. Estabelecimento dos parâmetros de ácidos graxos da cadeia de palma, robustecer a moção à ANVISA	Ieda Fernandes, Abrapalma	Encaminhar ofício à ANVISA

2. Pleito de redução de alíquota do óleo de Palmiste de 9% para 0% na quantidade de 266.000 toneladas de PKO.	Câmara Setorial Eder da Silva ABIQUIIM	Acompanhar e informar a Câmara andamentos dos autos 21000.015136/2025-51	Eder da Silva ABIQUIIM	Próxima reunião
---	--	---	---------------------------	-----------------

Informa-se que a memória é um relato sucinto dos principais tópicos apresentados sendo relevante apresentar as deliberações e os encaminhamentos da câmara. Todas as Reuniões são híbridas e ficam gravadas no drive interno do MAPA. Os documentos tratados na reunião, que forem disponibilizados pelos palestrantes, serão publicados no site das Câmaras: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas>

APROVAM ESTA MEMÓRIA OS SEGUINTE MEMBROS DA CÂMARA SETORIAL:

Nome	Assinatura
Presidente: Victor Bastos Almeida	
Consultor: Cleber de Souza Oliveira	
Secretário: Rogerio Ferreira do Nascimento Paula	